

Título da comunicação: *Tabelas genéricas de seleção de documentação do ensino superior e respetivos contextos de produção – exemplo francês, espanhol e britânico*, Instituto Politécnico de Leiria.

Resumo:

A participação baseia-se na descrição sumária de três tabelas de seleção transversais para a documentação do ensino superior, produzidas a partir de três cenários organizativos europeus (exemplo francês, espanhol e britânico). Estas formas diferentes de trabalho conjunto (cooperação ministerial; colaboração de uma organização sem fins lucrativos, especializada na assessoria ao ensino superior com arquivistas e ex-dirigentes académicos e associação de arquivistas universitários) originaram tabelas que não são de cumprimento obrigatório, mas cujos parâmetros de avaliação comuns, são eficazes para instituições com pouco recursos.

No caso francês, uma ação conjunta ministerial (Ministério da Educação e Ministério da Cultura), coordenada pelos Arquivos de França, produziu um documento legal, uma instrução do seu Departamento da Política Arquivística e da Coordenação Interministerial, *Instruction Culture DAF DPACI/RES/2005/003 de 22.02.2005*, dirigida às reitorias, inspeções de ensino, estabelecimentos de ensino superior, escolas secundárias, centros de formação, entre outros. Neste caso, a responsabilidade das recomendações é centralizada e abrange todo o ensino, incluindo o ensino superior.

No Reino Unido, a *Joint Information Systems Committee* (JISC) faz assessoria no âmbito da investigação e ensino superior, fornecendo serviços de gestão de informação e tecnologias de informação e comunicação, há cerca de 15 anos. Esta organização, sem fins lucrativos, iniciou a sua prestação de serviços na área da tecnologia digital, nomeadamente, no apoio a projetos de digitalização, na gestão de grande volume de dados para investigação e de plataformas digitais. A JISC gere e financia um conjunto de 84 projetos, com serviços de assessoria, sendo financiada pelo HECFE (*Higher Education Funding Council for England*), uma entidade privada que distribui os fundos governamentais do Ministério das Universidades e Ciência e do Secretário de Estado da Economia. Em 2007, a JISC elaborou, em conjunto com especialistas da área, um plano de classificação com funções e atividades - *Higher Education Institutions Business Classification Scheme* e uma tabela de seleção - *Higher Education Institutions Records Retention Schedule (RSS)*, com prazos de conservação referente à estrutura das atividades do plano de classificação.

O ensino superior espanhol, inicialmente similar ao sistema diferenciado francês, sofreu uma lenta transformação, no século XX. As universidades absorveram as *Escuelas Técnicas* e colégios de ensino técnico, tornando-se num modelo unitário, como o britânico. Em 1994, cinco universidades geograficamente afastadas do centro de Madrid (Andaluzia, Canárias, Castela-Leão, Valência, Galiza) criaram uma associação de reitores de universidades - *Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas* (CRUE). Esta estrutura possibilitou o nascimento de uma associação de arquivistas universitários - *Conferencia de Archiveros de las*

Universidades Españolas (CAU), que realiza projetos conjuntos para melhorar o património documental universitário. O grupo de trabalho de identificação e avaliação de séries trabalha a partir de um modelo descritivo comum, onde o arquivista de cada universidade escolhe uma série e apresenta prazos de conservação e destino final, posteriormente reavaliados pelo grupo.

O sistema binário nacional é impulsionado pela ação de duas forças, o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) e CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos), podendo a crescente escassez de alunos e respetiva diminuição de capacidade económica, eventualmente, aumentar uma dinâmica competitiva. O regime jurídico das instituições do ensino superior (Lei 62/2007) promoveu padrões de organização interna semelhantes, promovendo a centralização de serviços e com exceção dos doutoramentos e dos cursos de especialização tecnológica, a documentação é semelhante, uma vez que ambas as instituições desenvolvem investigação e emitem certificação relativa aos cursos de 1º e 2º ciclo e pós-graduações.

Qual o contexto organizativo que poderá produzir uma tabela com prazos de retenção e destino final, agregada a um plano de classificação para o ensino superior, à semelhança do plano de classificação para a administração local, para os níveis 3º e 4º da Macroestrutura Funcional? Não havendo, como em Espanha, uma estrutura única que facilite a comunicação para os arquivistas da área, que cenário poderá despoletar as dinâmicas de cooperação entre arquivistas do ensino superior? Poderemos encontrar em organizações já existentes, um espírito propulsor para uma dinâmica colaborativa, à semelhança do JISC ou o impulso inicial só poderá ser levado a cabo por instâncias superiores (Ministério de Educação e DGLAB), não necessariamente tão formal, como no caso francês, tendo em conta as limitações de meios? Como poderemos cruzar os aspetos destes cenários organizativos, adaptando de forma original estas hipóteses de cooperação à realidade nacional, com o objetivo de encontrar um simples ponto de partida para um debate conjunto?

Nota biográfica:

Elsa Cristina Bento

É arquivista na Divisão de Expediente, Arquivo e Reprografia (DEAR) dos Serviços Centrais, do Instituto Politécnico de Leiria, desde 2011. Participou nos projetos de avaliação dos fundos do Instituto de Participações do Estado (IPE) e do Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas (IROMA), no projeto de reestruturação do arquivo técnico da ANA – Aeroportos de Portugal para a empresa de gestão documental Clickdoc, colaborou na elaboração de uma Macroestrutura Temática para as “áreas-meio” do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO), para a empresa Bsafe e participou do processo de descrição da documentação da Santa Casa de Misericórdia de Sintra.

Antes de ingressar na área de arquivo, trabalhou como jornalista, após conclusão do curso de formação em jornalismo, no Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (CENJOR), para os jornais Independente e Público, assim como para a

produtora Panavídeo, onde foi responsável pela realização do documentário “Vamos Jogar no Totobola”, entre outros, na década de noventa. Escreveu o livro infanto-juvenil “A turma do planeta azul” para a editora Impala e o guião para o videoclip infantil “Euro da Malta” para exibição no canal Panda.

Na área do ensino e formação, trabalhou como professora da disciplina Técnicas Jornalísticas, na Escola Profissional de Comunicação e Imagem (EPCI) e como formadora dos módulos de Metodologia do Projeto e Escrita Multimédia para a Forino e Citeforma.